

Estudo Técnico Preliminar 1/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 00261.001036/2022-53

2. Objetivo

O presente documento tem por objetivo realizar o planejamento para a contratação de serviço de transporte do Diretor-Presidente da Autoridade Nacional de Proteção de dados - ANPD, de acordo com os objetivos estratégicos e diretrizes corporativas, tendo em vista a expiração da vigência da atual contratação aliada à caracterização destes serviços como contínuos, os quais, conforme precisa dicção do Art. 15 da Instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017, senão vejamos:

"Art. 15. Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional."

A contratação do serviço de locação de veículos de representação com motorista deverá ser realizada em conformidade com as justificativas, especificações técnicas, condições de garantia e de execução dos serviços estabelecidas no corpo do da instrução processual (00261.001036/2022-53), bem como no termo de referência.

3. Descrição da necessidade

O presente Estudo Técnico Preliminar - ETP foi elaborado em conformidade com as necessidades informadas no Documento de Formalização da Demanda (3374439) e tem como objetivo atender a demanda de deslocamento do Dirigente Máximo da ANPD, a serviço, no âmbito do Distrito Federal e nos municípios que compõem a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE.

Conforme estabelecido pelo Decreto nº 9.287, de 15 fevereiro de 2018, que dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional é assegurado o uso de veículo institucional de representação ao Dirigentes Máximos dos órgãos, a saber:

"Art. 3º Os veículos de representação serão utilizados exclusivamente:

(...)

V - Pelos ocupantes de cargos de natureza especial ou pelas autoridades de que trata o parágrafo único do art. 5º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000.

§ 1º Os veículos de representação podem ser utilizados em todos os deslocamentos, no território nacional, das autoridades referidas no caput."

Dado o disposto no anexo I, art. 3º § 2º do Decreto 10.474 de 26 de agosto de 2022, que aprova a estrutura regimental da ANPD, compete ao Diretor-Presidente a representação institucional desta Autoridade junto aos órgãos e instituições públicas do Poder Executivo, Judiciário e Legislativo assim como entidades privadas.

Ressalta-se que a prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta, conforme estabelece o inciso IV do art. 7º e o §4º do art. 8º do Decreto nº 9.507/2018 e arts. 4º e 5º da IN/SEGES/MP nº 05/2017.

Como benefícios resultantes desta contratação, esperam-se iniciar os serviços de transporte do Dirigente Máximo da ANPD, proporcionando o continuidade das demandas por transporte institucional, com zelo e segurança, e, por conseguinte, objetivando um adequado desenvolvimento das atribuições legais e regimentais voltadas à efetividade das ações desenvolvida pela Autoridade.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Cordenação-Geral de Administração	Melissa Maria Martins de Campos

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

O Decreto nº 9.507 de 2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional estabelece, em seu art 3º:

“Art. 3º Não serão objeto de execução indireta na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, os serviços:

I - que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle;

II - que sejam considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias;

III - que estejam relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e

IV - que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.

§ 1º Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de que tratam os incisos do caput poderão ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado.

§ 2º Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de fiscalização e consentimento relacionados ao exercício do poder de polícia não serão objeto de execução indireta.”

Ademais, a Portaria nº 443 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, de 27 de dezembro de 2018, que estabelece os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta, em atendimento ao disposto no art. 2º do Decreto nº 9.507/2018, dispõe:

“Art. 1º No âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, serão preferencialmente objeto de execução indireta, dentre outros, os seguintes serviços:

(...)

XXVIII - transporte;”

Observa-se que a atividade em questão está prevista no inciso XXVIII do art. 1º, da referida Portaria. Desta forma, estando o serviço que se pretende contratar acolhido pelo normativo supracitado, sugere-se a instrução do processo para análise da viabilidade da sua execução indireta, mediante de contratação de empresa que cumpra os requisitos elencados neste estudo.

Para definição dos requisitos mínimos da contratação e pesquisa de preço, foram avaliados os seguintes contratações similares por órgãos públicos e cotações do setor privado:

- a) Contrato nº 135/2020 - Anatel (3908300);
- b) Contrato nº 37/2022 - Anvisa (3908322);
- c) Contrato nº 35/2022 - EPE (3908328);
- d) Cotação de Preços Liderança Limpeza e Conservação LTDA (3909825).

O trabalho observou os principais aspectos pontuado em cada contratação. Verificou-se que os requisitos estabelecidos neste estudo não limitam a participação de possíveis prestadores de serviço a medida que suas características são encontradas usualmente no mercado.

5.1. Requisitos necessários ao atendimento da necessidade:

Os serviços de transporte do Dirigente Máximo da ANPD devem ser prestados nas instalações físicas da SEDE da ANPD e compreende a disponibilização do veículo incluindo motoristas, combustível e demais insumos necessários a correta prestação do serviço.

5.2. Requisitos Gerais do Veículo:

O veículo disponibilizado deverá ter, no mínimo, as seguintes características:

a) veículo Sedan, porte médio, tipo executivo, devendo ter, no máximo, 2 (dois anos) de fabricação ou até 40.000 quilômetros rodados. Caso em que deverá ser observado o que ocorrer primeiro, devendo estas condições serem observadas durante a vigência do Contrato e quando da prorrogação contratual, caso esta seja de interesse da Administração Pública. No momento da assinatura do contrato, será observado se veículo é da cor preta, com 04 (quatro) portas, travas elétricas em todas as portas com acionamento manual e remoto, carroceria monobloco, 3(três) volumes, 4 (quatro) passageiros mais o motorista (4+1), mínimo de 140cv, ar-condicionado, quente e frio, com dimensões amplas capazes de proporcionar o máximo de conforto aos 05 (cinco) ocupantes. O espaço entre os bancos deverá permitir a mobilidade das pernas de todos os passageiros, tomando como base uma pessoa de estatura média, assim como, deverá haver apoio de cabeça e cinto de segurança de 03 (três) pontos para todos os ocupantes, inclusive o do banco central traseiro, película de segurança escura (antivandalismo) em todos os vidros (conforme normas do CONTRAN), direção elétrica ou eletroassistida, transmissão automática, airbags frontais para motorista e passageiro, airbags laterais, banco do motorista com regulagem de altura, rodas de liga leve, faróis de neblina, freio a disco nas quatro rodas, com sistema antitravamento (ABS) e sistema eletrônico de distribuição de frenagem (EBD), computador de bordo, motor à gasolina ou bicombustível (flex), com capacidade volumétrica mínima de 1400 cm3 ou superior; volante com ajuste de altura e profundidade; comprimento mínimo da carroceria de 4630 mm; distância entre eixos de, no mínimo, 2700 mm; Central multimídia MP3, entrada auxiliar USB, entrada auxiliar MP3 player compatível com ipod/iphone, bluetooth, câmera de ré e sistema de navegação GPS (integrados ao painel original de fábrica), retrovisor elétrico, com motoristas habilitados. O veículo deverá possuir, ainda, todos os equipamentos de série obrigatórios pela legislação vigente.

b) A contratada deverá fornecer todos os insumos necessários ao uso do veículo (tais como: combustível, mecanismos de segurança exigidos por lei, tais quais: triângulo, chave de roda, macaco, retrovisores, cintos de segurança nos bancos dianteiros e traseiros, para-brisas e vidros de janelas em perfeitas condições) e conforto, manutenção, pagamento de IPVA, multas, taxa de licenciamento, limpeza e higienização;

c) Os pneus dos veículos devem estar em perfeitas condições de uso e segurança (inclusive o de suporte), e apropriados para o veículo, não podendo ser recauchutados, nem ter recuperação de cortes com colagens de qualquer espécie. Os veículos deverão estar com as revisões periódicas de manutenção em dia, de acordo com as especificações dos fabricantes;

d) Nas manutenções preventivas e corretivas dos veículos, compreendendo mecânica e elétrica, substituição e conserto de pneus, troca de óleos e filtros deverá ser observado o art. 69, da Instrução Normativa nº 01/2010 da extinta SLTI/MP, com atenção ao descarte de resíduos sólidos e medidas que evitem o desperdício de água;

e) Os veículos deverão cumprir as exigências que lhes caibam pela legislação em vigor e terão prévia avaliação e aprovação por parte do gestor do contrato.

f) A jornada de trabalho dos motoristas executivos deverá ser de 44 horas semanais de acordo com a conveniência da contratante e com o estabelecido pela legislação vigente, inclusive levando em consideração o dissídio, convenção ou acordo coletivo de trabalho da categoria;

As especificações do veículo foram adotadas levando-se em conta a natureza do serviço, o conforto e a funcionalidade do automóvel, tendo como parâmetro a classificação, utilização e especificação apontadas no Anexo I da IN nº 3, de 15 de maio de 2008. Dessa forma, para transporte de representação, foram especificados veículos sedan médios, que apresentem conforto e funcionalidade suficientes para o transporte de representação.

Registra-se que as características do veículo a ser utilizado na execução dos serviços de locação configuram-se especificações comumente fornecidas pelo mercado, de forma que as exigências apresentadas nos "Requisitos Gerais" do veículo não limitam a participação da grande maioria das empresas relacionadas, conforme exemplificado abaixo:

Montadora	Modelo	Potência
Toyota	Toyota Corolla	154 cv
Honda	Honda Civic	155 cv
Volkswagen	Volkswagen Virtus	150 cv
Chevrolet	Chevrolet Cruze	153 cv

Convém ressaltar que o quadro acima é meramente exemplificativo, pois visa somente demonstrar as várias opções que existem no mercado capazes de atender aos "Requisitos Gerais" da contratação.

Serão considerados como custos fixos do Contrato os custos fixos do motorista e custos fixos do veículo tais como: depreciação, licenciamento anual, seguro obrigatório, IPVA, seguro do veículo, lavagem, entre outros que estiverem devidamente especificados nos autos do processo em epígrafe.

Serão considerados como custos variáveis do contrato os que variam de acordo com a quantidade de utilização do veículo, tais como: Manutenção corretiva e preventiva, combustíveis, estacionamento, diárias para motoristas em virtude de deslocamento, pagamento de horas/homem excepcionais, entre outros que tenham como fato gerador a prestação do serviço e não sejam fixados por período.

5.2.1. Requisitos do seguro do veículo

O veículo deve estar coberto por Seguro Automotivo, sendo incluso no valor pago mensalmente para disponibilidade de veículo. No entanto, a empresa, no ato da assinatura do instrumento contratual, deverá apresentar cópia autenticada dos documentos dos veículos e da habilitação dos motoristas, bem como apólice de seguro total do veículo.

O seguro deverá cobrir, no mínimo, os riscos provenientes da circulação do bem segurado, as despesas indispensáveis ao seu salvamento e transporte até a oficina autorizada pelo fabricante do mesmo, e as indenizações ou prestações de serviços oferecidos pela seguradora correspondentes a cada uma das coberturas de seguro;

A Contratada se responsabilizará totalmente quanto ao veículo inclusive no que tange ao seguro total (incêndio e colisão), bem como contra terceiros (cobertura física e material), durante todo o prazo de vigência contratual.

Em caso de ocorrência de sinistro, caberá à Contratada providenciar o registro da ocorrência, a perícia, se for o caso, o arrolamento de testemunhas e as demais providências necessárias para a apuração da responsabilidade pelo ocorrido.

5.3. Requisitos da contratada

Os serviços serão prestados por empresa que atenda aos seguintes requisitos:

- Seja devidamente habilitada pelos órgãos de controle e fiscalização da atividade e com utilização de mão de obra detentora de formação profissional específica com dedicação exclusiva;
- Utilize rotinas e defina perfil de mão de obra que possibilitem maior eficiência do efetivo utilizado no desenvolvimento de ações preventivas que incluem o uso de equipamentos auxiliares à execução dos serviços;
- Utilize pessoal e equipamentos adequados ao ambiente da ANPD, de forma a refletir resultados produtivos e melhoria no atendimento prestado à sociedade;
- Ofereça proposta que atenda aos parâmetros definidos para o objeto da licitação e apresente preço compatível com a finalidade estabelecida;
- O veículo deverá ficar à disposição da CONTRATANTE e será mantido sob sua guarda em garagens apropriadas.

Nos termos do Art. 235-B da CLT (Decreto-Lei nº 5.452, de 01 de maio de 1943), no exercício da profissão, o motorista deve observar os seguintes deveres:

- a) Estar atento às condições de segurança do veículo;
- b) Conduzir o veículo com perícia, prudência, zelo e com observância aos princípios de direção defensiva;
- c) Respeitar a legislação de trânsito e, em especial, as normas relativas ao tempo de direção e de descanso controlado e registrado na forma do previsto no art. 67-E da Lei n 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro;
- d) Zelar pelo transporte do passageiro, pela carga transportada e pelo veículo;
- e) Colocar-se à disposição dos órgãos públicos de fiscalização na via pública;
- f) Submeter-se a teste e a programa de controle de uso de drogas, bebida alcoólica e exames toxicológicos com janela de detecção mínima de 90 (noventa) dias, quando solicitados pela contratante.

5.4. Requisitos de experiência profissional

A CONTRATADA deverá manter em seus quadros, durante todo o período de execução do contrato, técnicos profissionais devidamente habilitados, respeitada a experiência mínima prevista da Convenção Coletiva de Trabalho utilizada na presente contratação, e rigorosamente preparados e com experiência na prestação dos serviços que se pretende contratar, a qual ficará, para todos os efeitos legais e administrativos, responsável perante o CONTRATANTE e terceiros, pelos atos e omissões por eles praticados no desempenho de suas funções, sendo a CONTRATADA responsável pela reciclagem e atualização, quando for o caso.

Os empregados da CONTRATADA atenderão as demandas de trabalho por meio do fiel cumprimento do contrato a ser firmado.

Os motoristas que serão disponibilizados pela contratada deverão apresentar, no mínimo, os seguintes requisitos:

- a) CBO - 7823-05;
- b) Possuir Carteira Nacional de Habilitação categoria B;
- c) Mínimo de 06 (seis) meses de experiência na respectiva categoria, devidamente comprovada na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) conforme disposto na Lei 11.644/2008;
- d) Conforme normatização do CONTRAN, deverão possuir curso de primeiros socorros, direção defensiva ou serem matriculados em tais cursos imediatamente à assinatura do contrato, sendo obrigatória, neste caso, a apresentação dos certificados de conclusão no prazo estabelecido no instrumento convocatório, conforme art. 150 da Lei nº 9.503/1997;
- e) Possuir, no mínimo, ensino médio completo;
- f) Nos termos dos §§ 2º a 5º do art. 147 da Lei nº 9.503/1997, atestado médico de aptidão física e mental para o exercício das atribuições inerentes às atividades a serem desempenhadas;
- g) Conforme art. 148-A, da Lei 9.503/1997, apresentação de exames toxicológicos em dia;
- h) A contratada deverá fornecer uniforme aos seus empregados, compatíveis com as atividades que serão desempenhadas, conforme previsão constante em convenção coletiva de trabalho vigente e no Termo de Referência;
- i) A jornada de trabalho será de 44 horas semanais de acordo com a conveniência da contratante e com o estabelecido pela legislação vigente, inclusive levando em consideração o dissídio, convenção ou acordo coletivo de trabalho da categoria.

5.5. Dos consumíveis

Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades adequadas, tais como: combustíveis, lubrificantes, pneus, uniforme completo, e demais insumos, os quais deverão ser de boa qualidade e observar as recomendações aceitas pelas boas práticas, pelas normas e pela legislação vigente.

O combustível será fornecido conforme a demanda decorrente dos deslocamentos demandados pelo Contratante e o disposto no Termo de Referência e Contrato.

Serão considerados custos variáveis do contrato os custos com manutenção, revisão, óleo e filtro do motor e pneus.

Os custos variáveis serão pagos por quilômetro - Km rodado conforme a Proposta da Licitante.

O custo de combustível também será pago conforme a quilometragem, pela média de preços da Agência Nacional do Petróleo, conforme regras a serem estabelecidas no Termo de Referência.

A troca de lubrificantes, bem como os pneus, devem ser realizadas conforme o determinado pelos fabricantes dos veículos objeto da contratação, na forma estabelecida no manual do veículo.

Os uniformes devem ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças sem qualquer repasse de custos para o empregado.

Os uniformes serão fornecidos para o motorista, com base nas especificações e quantidades médias estabelecidas, nos quantitativos mínimos abaixo descritos:

- terno completo, compreendendo calça social preta em tecido tipo microfibra, tergal ou gabardine e paletó social preto em tecido tipo microfibra, tergal ou gabardine, forrado internamente, inclusive na manga: 02 (duas) unidades;
- camisa social branca de manga longa em tecido tipo algodão misto: 05 (cinco) unidades;
- gravata social lisa e de cores escuras em tecido tipo poliéster: 02 (duas) unidades;
- cinto em couro preto: 01 (uma) unidade;
- meia social preta em tecido tipo poliamida ou similar: 05 (cinco) pares;
- sapato em couro na cor preta : 1 (um) par.

A empresa deverá fornecer uniformes para os motoristas, devendo ser distribuídos e substituídos a cada 6 (seis) meses, conforme determinado em convenção coletiva de trabalho e, na falta dessa, de acordo com as especificações acima mencionadas.

As peças dos uniformes deverão ser confeccionadas em tecido de boa qualidade, durável e que não desbote nem amasse facilmente.

O uniforme deverá ser entregue aos empregados, mediante recibo (relação nominal), cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser fornecida à Contratante, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a contar da entrega, não podendo ser repassado o custo do uniforme ao motorista.

5.6. Requisitos da Metodologia de precificação de insumos e locação de veículo

Os valores dos insumos e uniformes, que constarão da planilha estimativa de custo e formação de preços, foram estabelecidos mediante ampla pesquisa de preços realizada no mercado através de consulta à fornecedores através do envio de e-mails, um dos parâmetros da IN/SEGES nº 73/2020, que dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preço para contratação de serviços em geral.

Os insumos utilizados no serviço serão faturados por medição, ou seja, será efetuado o pagamento conforme a quantidade efetivamente consumida no mês, após conferência pela fiscalização do contrato.

Os insumos relacionados e quantificados na Planilha de custo são meramente estimativos para constituição de planilha de custo da contratação, e, portanto, poderá ser necessário alteração de quantidade, estando a empresa obrigada a suprir a falta destes, caso necessário.

A estimativa de custos para locação do veículo será estimada com base em pesquisa de preço junto a ferramenta disponibilizada pelo governo Federal, com base no inciso I do art. 5º da Instrução Normativa nº 73/2020.

5.7. Das infrações de trânsito

A CONTRATADA deverá efetuar o pagamento das multas decorrentes de infrações de trânsito cometidas na condução dos veículos locados, não havendo regresso de pagamento das infrações à CONTRATANTE, visto que a CONTRATADA deverá se responsabilizar pela disponibilização do veículo de representação bem como o serviço de condução a ser contratado.

5.8. Do requisito da vigência da Contratação

O Contrato firmado terá duração de 30 (trinta) meses, contados da data de sua assinatura ou de data posterior a ser fixada no Contrato, podendo ter sua vigência prorrogada por período igual e sucessivo, até o limite de 60 (sessenta) meses, com vista à obtenção de preços e condições mais vantajosas para Administração, mediante Termo Aditivo, na forma prevista no art. 57 da Lei 8.666/93. Também será observado, para a prorrogação do contrato, o seguinte:

- a) Relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- b) Justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- c) Comprovação de que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

- d) Manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação; e
- e) Comprovação de que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

Para a presente contratação, apesar de a regra originária ser de 12 (doze) meses, considerou-se que a contratação para o período de 30 (trinta) meses trará benefícios que atendem aos princípios da eficiência, da celeridade, da economia processual e da razoabilidade.

Na contratação por 12 meses, estima-se, tendo por base os pregões pesquisados, que após 6 meses do início do contrato, a Administração tenha que iniciar a sua prorrogação, ou seja, durante 50% do período de vigência contratual, onerando, do ponto de vista laboral, a área competente.

Ao fixar a contratação para 30 meses, a Administração aumenta o tempo de intervalo entre uma prorrogação e outra, otimizando o serviço da Administração.

Estima-se que o impacto na área administrativa seja bem relevante, possibilitando um ganho qualitativo e quantitativo, pois pode reduzir em até 30% o período em que o processo de prorrogação onera a Administração Pública.

Cabe destacar trecho da fundamentação da Orientação Normativa AGU nº 38/2011:

A Lei, com o propósito de não engessar a Administração, despreocupou-se de fixar período inicial de vigência dos contratos administrativos. A natureza da prestação é que vai guiá-la à escolha do período inicial de vigência com vistas ao eficaz atendimento do interesse público e ao edital cumprirá a tarefa de indicá-lo, para conhecimento de todos aqueles que tenham interesse em contratar com a Administração.

A natureza da prestação de serviços do contrato em questão vincula a qualidade do serviço ao tempo em que os trabalhadores permanecem contratados pela empresa. Com a ampliação da vigência do contrato, assegura-se um tempo maior à contratada, trazendo segurança não só para a empresa, mas para os empregados que estão alocados no contrato, o que tende a diminuir a rotatividade, trazendo como principal benefício a continuidade de um serviço de qualidade.

Assim, sem desprezar o princípio constitucional da legalidade, a Administração atendeu ao também princípio constitucional da eficiência, compreendendo como inquestionáveis os benefícios advindos dessa escolha, fazendo o seu poder-dever de procurar o meio mais eficiente de atender aos seus objetivos, atendendo assim ao interesse público.

O Relatório "Propostas de Melhoria do Grupo de Estudos de Contratação e Gestão de Contratos de Terceirização de Serviços Continuados na Administração Pública Federal (Acórdão TCU nº 1.214/2013)" também traz importantes conclusões:

- a) O prazo de vigência deve atender à finalidade de obtenção do melhor preço e das condições mais vantajosas para a administração;
- b) Quanto maior o prazo de vigência dos contratos, maior é a segurança das empresas para ofertar seus preços, tendo em vista a estabilidade oferecida no negócio;
- c) Aumentando a estabilidade oferecida no negócio, espera-se um aumento na concorrência, com a expectativa de melhores preços e a participação de empresas melhor qualificadas para prestar os serviços;
- d) A ampliação do prazo de vigência só traz benefícios à Administração, visto que os procedimentos atualmente adotados para a prorrogação serão significativamente reduzidos.

Portanto, para a presente contratação, ao considerar a natureza da prestação com vistas ao eficaz atendimento do interesse público, norteados pelos princípios da eficiência, da celeridade, da economia processual, da economicidade e da razoabilidade, a Administração concluiu, do ponto de vista técnico, ser mais adequada a contratação para o período de **30 meses**.

Entretanto é prudente destacar que a contratante poderá solicitar, a qualquer momento, a adequação da mão de obra caso os serviços não estejam sendo cumpridos de forma satisfatória.

5.9. Da aferição dos resultados

A Aferição do resultado da prestação de serviço constante neste estudo será realizado de acordo com Índice de Medição de Resultado - IMR, anexo do Termo de Referência da referida contratação.

5.10. Requisitos de Manutenção

Os requisitos de manutenção e assistência técnica dos veículos necessários à prestação dos serviços serão de inteira responsabilidade da empresa CONTRATADA, devendo esta manter em perfeito estado de conservação todos os equipamentos e materiais disponibilizados.

5.11. Requisitos de Segurança

Os funcionários da CONTRATADA deverão adequar-se às regras de segurança, de circulação e de identificação da ANPD, bem como à legislação pertinente, a exemplo das normas de Segurança no Trabalho e de Trânsito.

Todos os funcionários da CONTRATADA envolvidos na presente contratação deverão observar a Política de Segurança da Informação da ANPD, no que couber.

5.12. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

Durante a execução de tarefas no ambiente da ANPD, os funcionários da CONTRATADA deverão observar, no trato com os servidores e o público em geral, a urbanidade e os bons costumes de comportamento, tais como: pontualidade, cooperação, respeito mútuo, discrição e zelo com o patrimônio público.

A empresa a ser contratada será responsável pela destinação ambientalmente correta para todos os recipientes dos suprimentos, peças e materiais utilizados, obedecendo à legislação e orientações relativas ao compromisso com o meio ambiente.

5.13. Requisitos legais

Os padrões de desempenho e qualidade dos serviços a serem contratados podem ser objetivamente definidos pelo ato convocatório, por meio de especificações usuais do mercado e enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507 de 2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

Destaca-se ainda que os serviços de transporte, incluindo veículos, motoristas e demais insumos enquadram-se como atividade de natureza continuada, pois a sua interrupção pode comprometer a continuidade das atividades da Administração, devendo, sua contratação, estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente.

Por fim, os serviços a serem contratados possuem padrões de desempenho e qualidade, os quais podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais do mercado, enquadrando-se, portanto, como serviços comuns, aptos a serem licitados na modalidade Pregão, na forma eletrônica, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e Decreto nº 10.024/2019.

5.14. Legislações correlatas à contratação

- Lei nº 8.666/1993: Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- Lei nº 10.520/2002: Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;
- Lei nº 11.644/2008: Acrescenta art. 442-A à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, impedindo a exigência de comprovação de experiência prévia por tempo superior a 6 (seis) meses;
- Lei Complementar nº 123/2006: Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, e dá outras providências;
- Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997: Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

5.14.1. Decretos:

- Decreto nº 9.507/2018: Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União;
- Decreto nº 10.024/2019: Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal;
- Decreto nº 8.538/2015: Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;

- Decreto nº 9.287/2018: Dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

5.14.2. Instruções Normativas

- Instrução Normativa SLTI/MP nº 05/2017: Dispõe sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços, continuados ou não;
- Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010: Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;
- Instrução Normativa SLTI/MP nº 03/2008: Dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências.
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 40/2020: Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2020: Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

6. Levantamento de Mercado

A presente demanda deverá ser atendida através da contratação de empresa especializada em prestação de serviço de locação de veículo de representação com motorista, tendo em vista que tal solução já é praticada ao longo dos últimos anos pela presidência e atende perfeitamente as necessidades do setor requisitante.

Opta-se para quantificar o preço de custo através dos custos da disponibilização dos veículos, manutenção, combustíveis, lubrificantes, pneus, salários e encargos sociais dos motoristas, seguros, licenciamento etc. e as despesas administrativas /operacionais, lucro e tributos incidentes, por ser esta a modalidade mais precisa para efeito de aferição do valor a ser desembolsado pela Administração.

6.1 Soluções de mercado:

Solução 1: Aquisição de veículo, contratação de serviço de manutenção, aquisição de combustível e terceirização da mão de obra de motoristas. Nessa situação a ANPD instauraria procedimento licitatório com vistas a adquirir veículo próprio e ficaria responsável também por contratar sua manutenção, abastecimento, limpeza, além dos motoristas.

Essa hipótese traz a necessidade de um gerenciamento coordenado de contratações correlatas que podem implicar em eventual inexecução reflexa. Isso porque há uma interdependência intrínseca entre os diversos serviços a serem adquiridos paralelamente.

Além disso, haveria necessidade de dispor servidores para o gerenciamento da frota, de forma a acompanhar todos os serviços atrelados e organizá-los de forma a manter sua contínua disponibilidade.

Por fim e não menos importante, a aquisição sempre traz consigo a possibilidade de obsolescência dos bens adquiridos e abarca as dificuldades que a administração pública tem para repor e dispor de seus bens. Assim no entendimento da equipe de planejamento desta contratação a alternativa traz muitos pontos negativos sem ser possível indicar eventuais pontos positivos.

Solução 2: Contratação dos serviços de forma abrangente, contemplando: veículo, motorista, combustível e demais insumos necessários para a correta execução do serviço. Com essa alternativa são supridas todas as necessidades relacionadas, uma vez que a administração contrata a solução completa, imputando a si tão somente a necessidade de indicar a demanda e acompanhá-la pela gestão contratual.

Esse formato de contratação atende amplamente as necessidades da ANPD, sendo também utilizado pela Administração Pública em suas contratações. Importante ressaltar que se encontra previsto no Caderno de Logística de Serviço de Transporte do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. Como referência, este modelo de contratação é utilizado por diversos órgãos, inclusive Estudo técnico de Prestação de Serviços de Transporte mediante Locação de Veículos elaborado pelo Governo do Estado de São Paulo.

Cumprir destacar, também, que os custos com aquisição e manutenção dos veículos e todos os custos administrativos para tal tornam-se mais onerosos que a terceirização dos serviços.

Solução 3: Como terceira alternativa possível seria a contratação dos serviços de transporte de forma separada da contratação do serviço de motorista. A equipe entende que tal alternativa, em que pese não onerar a administração com a aquisição de patrimônio depreciável, incorre em risco semelhante ao da alternativa nº 1 que é a de inexecução contratual de forma conjunta.

Após análise das soluções propostas, as considerações sobre as formas de atendimento da demanda, conclui-se que a solução 2 apresenta-se como a mais adequada para suprir a necessidade da ANPD.

6.2. Formas de contratação:

6.2.1. Pregão eletrônico

A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte, incluindo veículos, motoristas e demais insumos, para deslocamento do Dirigente Máximo da ANPD, a serviço, no âmbito do Distrito Federal e nos municípios que compõem a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE por meio de pregão em sua forma eletrônica.

Desta forma, avalia-se a realização de Pregão Eletrônico para a contratação dos serviços em tela pelos seguintes pontos positivos:

I - Procurar garantir um melhor serviço alinhado ao menor custo benefício;

II - Adequar da maneira mais racional possível a contratação com a demanda existente;

III - Atendimento aos princípios da eficiência e economia processual, havendo o maior desempenho possível na contratação pretendida, uma vez que será disponibilizado um veículo com motoristas e demais insumos, evitando-se, por conseguinte, a realização de licitações paralelas para locação de veículos, contratação de motoristas e fornecimentos de insumos.

Mesmo diante das vantagens apresentadas, a realização de um pregão teria os seguintes pontos negativos:

I - Mais tempo dedicado pela equipe de planejamento da contratação, para instrução processo, ocasionando, por conseguinte uma maior carga de trabalho;

II - Maior tempo para a confecção dos atos necessários à contratação;

6.2.2. Adesão à Ata de Registro de Preços ou ser partícipe de alguma contratação

Por se tratar de uma possibilidade para a presente contratação, torna-se importante ressaltar que a adesão a Ata de Registro de Preços e ser partícipe possuem as seguintes características:

Características positivas:

I - Maior celeridade na contratação;

II - Aumento da eficiência administrativa, pois promove a redução do número de licitações e dos custos operacionais;

Limitações de uso:

I – No caso da adesão limita-se às quantidades fixadas em edital, quais sejam: 50% dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes; somatório de todas as adesões não poderão ser superiores ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes;

II - Necessidade de realização de pesquisa de preços para que seja comprovada vantagem econômica na adesão;

III - Necessidade de anuência da contratada e do órgão gerenciador para realização da Adesão;

IV - Dificuldades para encontrar uma ata que contenha objeto similar ao que se deseja contratar.

Isto posto, das formas de contratação analisadas pela equipe de planejamento a solução que melhor atende as necessidades desta Autoridade é o Pregão Eletrônico. No entanto é de se ressaltar que encontrando-se alguma ata ou IRP que se molde a necessidade da ANPD é possível que não se descarte esta alternativa.

6.3 Justificativa de escolha de solução

A solução sugerida é Contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de forma abrangente, contemplando: veículo, motorista, combustível e demais insumos, por meio de licitação na modalidade de pregão eletrônico, para o transporte do Dirigente Máximo da ANPD, a serviço, no âmbito do Distrito Federal e municípios que compõem a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE.

Na fase de planejamento da nova contratação, identificou-se a possibilidade administrativa de contratação, através de um único grupo, dos serviços de locação de veículos com motorista e demais insumos.

Neste sentido, do ponto de vista legal, o agrupamento de itens a serem adquiridos por meio de pregão é considerado lícito, desde que guardem relação entre si, conforme disposto no Acórdão 861/2013 Plenário, TC006.719/2013-9, a saber:

"(...)

inexiste ilegalidade na realização de pregão com previsão de adjudicação por lotes, e não por itens, desde que os lotes sejam integrados por itens de uma mesma natureza e que guardem relação entre si" - Acórdão 5.260/2011-1ª Câmara. Acrescentou que houve efetiva competição no certame, que contou com a participação de quinze empresas. O Tribunal, então, por não identificar razões para a suspensão do certame, julgou improcedente a representação. Precedente mencionado: Acórdão 5.260/2011-1ª Câmara. Acórdão 861/2013-Plenário, TC 006.719/2013-9, relatora Ministra Ana Arraes, 10.4.2013."

Do ponto de vista de viabilidade técnica, a locação de veículos com motorista e demais insumos tende a prover maior produtividade e eficácia em sua realização, uma vez que a execução das atividades estão interligadas.

Ao ponto que se refere a competitividade, não foram identificados indícios ou evidências de que a opção por grupo único comprometa a competitividade do certame.

Do aspecto de eficiência administrativa, o agrupamento fomenta a racionalização administrativa, o que se compatibiliza com o número de demandas a serem atendidas pela área de infraestrutura e serviços institucionais e os limitados recursos humanos que possui.

7. Descrição da solução como um todo

A presente contratação é para a prestação de serviço de transporte de forma a atender as demandas de deslocamento do Diretor-Presidente da ANPD no exercício de suas atividades laborais.

A prestação do referido serviço engloba a disponibilização do veículo e da mão de obra necessária para a prestação dos serviços, e demais insumos que se fizerem necessários na forma de dedicação exclusiva ao atendimento da ANPD.

Os serviços serão executados da seguinte forma:

O veículo e motorista deverão ser disponibilizados no endereço da Contratante durante todo o expediente (de segunda a sexta-feira, das 7h às 22h) com intervalo de almoço escalonado, evitando, nesse horário, a indisponibilidade do serviço;

- A prestação dos serviços será requisitada por meio de Sistema próprio disponibilizado pela empresa CONTRATADA;
- Os itinerários serão definidos pela ANPD de acordo com a necessidade dos serviços;
- Os serviços serão prestados dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com observância das recomendações aceitas pela melhor técnica e das normas e legislação, para atender às solicitações da ANPD;
- Para a prestação dos serviços, a contratada deverá disponibilizar uma solução tecnológica para controle de Quilometragem;
- O profissional deverá portar aparelho de comunicação celular do tipo *smartphone*, com acesso à internet, aplicativo de comunicação e ligações, durante todo o horário de prestação dos serviços;
- A quilometragem diária percorrida deverá ser comunicada ao fiscal do contrato ou servidor designado para tal função;
- O profissional deverá aguardar o retorno do usuário, em local de fácil acesso ou combinado, ou retornar para apanhá-lo, em local e horário pré-definidos se essa for a exigência do mesmo;
- No caso de solicitação emergencial ou sem programação prévia e fora do horário de expediente, o veículo com o respectivo motorista deverá estar à disposição da ANPD no prazo de até sessenta minutos após comunicado ao supervisor de transporte;
- Caso seja necessário, a contratada deverá manter, nos finais de semana e feriados, mediante agendamento prévio, motorista a disposição da ANPD para atender às viagens requisitadas;
- A ANPD colocará à disposição da Contratada, para a adequada operacionalização dos serviços, área localizada no 1º Subsolo do Edifício-Sede, em Brasília;

- Mensalmente, a Contratada emitirá relatório consolidado, abrangendo as quilometragens percorridas, os destinos dos veículos, as diárias e as horas extraordinárias pagas aos motoristas e eventuais demais ocorrências, conforme modelo anexo a esse documento, e encaminhará ao representante da Administração formalmente designado para a fiscalização do contrato;
- Disponibilização, por parte da CONTRATADA, identificação do veículo modelo 1, nas duas portas dianteiras, como veículos institucionais, por meio de tarja adesiva em película de PVC 010, resistente, na cor azul marinho (pantone 2597 CV), medindo 40 mm x 268 mm, contendo a expressão “GOVERNO FEDERAL” escrita em letra na cor amarelo ouro (pantone 108 CV), tipo Britannic Bold, medindo 21 mm de altura, sombreada na cor prata, conforme especificações de identificação definidas no Anexo V da IN nº 03/2008 – SLTI/MPOG.

Estima-se que tal contratação resultar-se-á benéfica e vantajosa, uma vez que não implicará em investimentos, tais como contratação, treinamento e administração de mão de obra, locação e/ou aquisição de equipamentos e materiais específicos, bem como permitirá a mensuração qualitativa e quantitativa dos resultados, maximizando o aproveitamento dos serviços prestados.

Ressalte-se ainda que na presente contratação a Administração deverá exigir da empresa contratada a adoção de boas práticas de otimização dos recursos, redução de desperdícios e menor poluição, dentre outras ações relacionadas à utilização de equipamentos e materiais que respeitem o meio ambiente.

A contratação pretendida tem como objeto a prestação de serviços de locação de veículo de representação com motorista para atender as necessidades de deslocamento a trabalho do Presidente da ANPD, a serem executados na cidade de Brasília e entornos.

O serviço de locação de veículos de representação com motorista deverá contemplar a locação mensal do veículo, disponibilização de motoristas e demais gastos decorrentes de sua utilização, como o gasto com seguro e proteção veicular, combustível, pedágio, custos com estacionamento, entre outros.

A CONTRATANTE ficará isenta de qualquer responsabilidade jurídica e financeira na ocorrência de quaisquer sinistros.

Todos os custos e gastos da CONTRATADA em relação a prestação do serviço descrito neste estudo deverão constar do valor da MENSALIDADE.

Os veículos poderão ser recolhidos pela CONTRATADA após aviso de, no mínimo, 24 horas, para manutenções preventivas e corretivas, inclusive quando solicitados pela CONTRATANTE, e mediante a devida substituição dos veículos por outros de características similares pelo prazo necessário à respectiva manutenção.

A CONTRATADA somente poderá recolher o veículo para a realização de qualquer serviço mediante a anuência do fiscal ou do gestor do Contrato.

Em caso de avaria mecânica, acidente de trânsito ou qualquer outra falha que impeça o uso regular dos veículos, a CONTRATADA deverá substituir o veículo avariado/acidentado a partir da ocorrência, com imediata informação ao Gestor do Contrato por correspondência eletrônica.

A Contratada deverá providenciar substituição dos veículos que apresentarem defeito ou que estiverem fora das especificações exigidas ou, ainda, que não tenham sido aprovados em avaliação prévia pelo gestor do contrato, bem como os que estejam em mau estado de conservação e, também, em caso de furto ou roubo, no prazo de 2 (duas) horas, contados a partir da abertura de chamado no telefone indicado pela CONTRATADA.

Os serviços a serem contratados possuem natureza continuada, de modo que sua interrupção pode comprometer as atividades da Administração e sua necessidade deve se estender por mais de um exercício financeiro.

As funções dos empregados (motoristas) relacionados à prestação do serviço descrito estão enquadradas no Código Brasileiro de Ocupações – CBO sob o número 7823-05.

Por fim, cabe realçar que o fato de ser classificado como serviço comum, onde técnicas e métodos não precisam ser necessariamente seguidos para manutenção da qualidade e do funcionamento do serviço, não há necessidade da contratada promover transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia ou técnicas.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Considerando a estimativa apurada por meio do Documento SEI (3374439) pretende-se contratar os serviços de Transporte, com locação de veículo executivos, incluídos motoristas, combustíveis e demais insumos, cujas quantidades estimadas são:

DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MENSAL ESTIMADA
Motorista	Serviço	2
Veículo	Unidade	1
Km rodado	Km percorrido	2.000
Hora Extra Diurna (dias úteis)	Hora	0
Hora Extra Noturna (dias úteis)	Hora	6
Hora Extra (domingo/feriado)	Hora	8
Hora Extra Noturna (dom/fer)	Hora	6
Adicional Noturno (hora)	Hora	8
Diária (pernoite)	Unidade	2

A quantidade estimada para a contratação decorre, além da distância mínima percorrida por dia pela Autoridade Máxima da ANPD, dos vários eventos aos quais o Gestor desta instituição é demandado.

Para a quilometragem fixa estimada, tomou-se por base a distância média diária percorrida entre a residência do Dirigente Máximo, a Sede da ANPD e também os demais deslocamentos para agendas da institucionais voltadas às ações finalísticas da ANPD.

Em relação aos quantitativos de horas extras, é prudente levar em consideração que os motoristas acompanham o Dirigente Máximo da ANPD em vários eventos cuja duração, horário e datas são sempre complexos, logo acabam por ficar à disposição por muitas horas.

Cabe informar que as horas extras somente serão pagas quando houver o fato gerador, cabendo a Contratada comunicar imediatamente o Gestor e Fiscal do contrato quando houver horas extras.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 584.287,75

O Valor Global estimado para contratação perfaz o montante de **R\$ 584.287,75** (quinhentos e oitenta e quatro mil e duzentos e oitenta e sete reais e setenta e cinco centavos), para o período de 30 (trinta) meses, sendo mensalmente estimado o montante de **R\$19.476,26** (dezenove mil e quatrocentos e setenta e seis reais e vinte e seis centavos).

Para estimar os preços, foi realizada pesquisa de preços em atendimento ao Art. 5º da Instrução Normativa /MPOG nº 73, de 05 de agosto de 2020, sendo realizada consulta no com contratações similares de órgãos públicos como também consulta direta com fornecedores.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Os serviços de transporte, incluindo veículos, motoristas e demais insumos, para deslocamento do Dirigente Máximo da ANPD envolvem agentes que atuam de forma interligada, logo, caso o parcelamento da solução seja adotado, alguns requisitos de interesse da Administração podem ser afetados, tais como: uniformização, responsabilização, unidade de comando e racionalização de recursos.

Ao separarmos a locação de veículos do motorista e demais insumos demandaria a formalização de outros contratos, gerando, por conseguinte, maior esforço da equipe da Administração designada para gestão/fiscalização dos serviços, uma vez que a documentação para pagamento das faturas, pedidos de repactuação, prorrogação contratual, entre outros.

Ademais, seria necessária a tratativa com mais de um(a) encarregado(a) e um preposto para o desempenho das atividades, o que aumentaria a possibilidade de falhas de comunicação e padronização dos serviços.

Ressalta-se ainda que a interdependência de referidos serviços. Assim, caso se tivesse o contrato de motorista mas não a locação do veículo, o contrato da mão de obra seria inócuo. Da mesma forma, se contratada a locação do veículo sem a contratação do combustível, não seria possível executar a locação. Portanto, entende-se que a separação da contratação seria próxima da inviabilidade, pois qualquer intercorrência em um contrato afetaria sobremaneira os demais.

Portanto, diante das circunstâncias do caso em tela, a equipe de planejamento da contratação entende que não é possível parcelá-la tendo em vista que materiais incluídos nesta contratação estão intrinsecamente ligados com a execução dos serviços de transporte.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Atualmente referidos serviços são prestados pela Presidência da República cuja prorrogação não poderá ocorrer devido o acordo estabelecido entre os órgãos.

Ressalta-se que o presente estudo apresenta a solução única e completa para atender a necessidade de deslocamento do Diretor-Presidente da ANPD, não havendo, no entanto, contratações correlatas.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A solução escolhida atende plenamente os requisitos de negócio estabelecidos no presente estudo, com a vantagem de disponibilizar veículo para atendimento das demandas externas do Diretor-Presidente da ANPD durante a execução das atividades laborais.

Embora a contratação de locação de veículos esteja temporariamente suspensa por medidas de racionalização do gasto público (Portaria 179/ME de 22/04/2019), a presente contratação será solicitada, excepcionalmente ao atendimento da Presidência da ANPD, conforme previsão existente parágrafo 2º do Artigo 2º da Portaria 5168/ME de 14/05/2021.

Consoante entendimentos acima relatados, em 2023, foi incluído no Plano de Contratação Anual, com registro no sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC), o item de número 55/2023 (3912266) relacionado à prestação dos serviços de transporte. Tal comprovação evidencia-se através do documento (3912197).

Além disso, os valores elencados no Planejamento Estratégico 2021-2023, indicam os princípios que orientam as ações da organização e a conduta de todos os servidores, de forma que a Autoridade desenvolva seu fortalecimento institucional.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

O resultado pretendido com a contratação ora estudada, é o provimento de serviços de transporte terrestre, com economicidade, qualidade e tempestividade ao Diretor-Presidente da ANPD.

14. Providências a serem Adotadas

Para a pretensa contratação não haverá necessidade de adequação do ambiente onde os serviços serão prestados, uma vez que o serviço a serem contratados não será executado nos interiores do órgão, bem como o veículo a ser disponibilizado não terá de ser necessariamente guardado no órgão, vez que o mesmo deve ser disponibilizado conforme solicitação do Diretor-Presidente.

Para acompanhamento da execução do objeto contratual, a ANPD deverá nomear servidores para atuarem nas funções de Gestor, Fiscal Técnico, Administrativo e fiscais setoriais, conforme atribuições relacionadas na IN/SEGES/MP nº 05/2017.

15. Possíveis Impactos Ambientais

O serviço de transporte disponibilizado pela contratada deverá observar alguns requisitos de sustentabilidade conforme disposto no guia de contratações sustentáveis da AGU, a saber:

a) A contratada obriga-se a cumprir, no que couber a execução do contrato, as disposições da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal;

b) É preferível o uso de veículos automotores que atendam aos limites máximos de ruídos estabelecidos pela Resoluções do CONAMA nºs 01/1993 e 272/2000;

c) A contratada ficará obrigada a adotar práticas de logística reversa para o descarte do componente de troca na manutenção da frota como, por exemplo, peças, pneus e óleo, para uma empresa certificada em logística reversa e comprometida com responsabilidade compartilhada;

d) Somente será admitida a oferta de veículos que atenda aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento, conforme Resolução do CONAMA nº 18/1986.

A Contratada deve promover ainda:

Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resoluções CONAMA, a contratada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos;

- Recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos e adotando as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23 /06 /2005, e suas alterações e legislação correlata;
- Providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23 /06/2005, e legislação correlata;
- Exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e suas alterações e legislação correlata;
- Prever a destinação ambiental adequada das baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 401, de 05 de novembro de 2008, e suas alterações;

A contratada deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos pneus usados ou inservíveis originários da contratação, recolhendo-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamento, mantidos pelo respectivo fabricante ou importador, para fins de sua destinação final ambiental adequada, nos termos do inciso III do artigo 33 da Lei nº 12.305/10 e da Instrução Normativa IBAMA nº 01 , de 18/03/2010, recebendo e armazenando os produtos entregues pelos usuários através de pontos de coleta e centrais de armazenamento, sem qualquer tipo de ônus para este, de acordo com o previsto nos artigos 1º e 9º da Resolução nº 416, de 30/09/2009, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA);

Considerando os efeitos adversos ao meio ambiente, causados pelo setor industrial, as escolhas dos materiais e da gestão na produção podem melhorar o nível de sustentabilidade no momento da contratação de empresas de serviços de locação de veículos;

A contratação dos serviços de locação de veículos deve prever, nas especificações técnicas ou obrigações da contratada, mecanismos de implementação da sustentabilidade que estipulem e favoreçam, por exemplo, o uso de produtos e processos com

menor impacto ambiental, evitando produtos alergênicos e irritantes ao consumidor, utilização de produtos materiais, equipamentos que causem menor incômodo e sejam mais eficientes, entre outros;

Será exigido da contratada a implementação de ações que reduzam a exposição a partículas químicas e biológicas potencialmente perigosas, que possam impactar negativamente a qualidade do ar, a saúde, os sistemas de edifícios e o meio ambiente, a exemplo da utilização de combustíveis menos agressivos ao meio ambiente;

Neste sentido, os critérios adotados de sustentabilidade socioambientais contidos na instrução Normativa MPOG nº 01/2010 e no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis - 4ª Edição de agosto de 2021 contemplam itens específicos para os serviços a serem contratados, tais como lubrificantes, pneus, veículos. Desta forma serão inseridos no Edital e seus anexos as regulamentações pertinentes.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando as justificativas apresentadas, a demanda pretendida, as alternativas de mercado, as experiências pretéritas dos contratos de locação e os ajustes necessários, a Equipe de Planejamento considera VIÁVEL a contratação pretendida. Nos moldes estabelecidos no tópico que trata do estudo de mercado.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CARINA SASS PARAGUASSU

Chefe Substituta da Divisão de Compras



Assinou eletronicamente em 03/03/2023 às 15:47:30.

NEANDER DA SILVA NAZARIO

Assessor técnico



Assinou eletronicamente em 19/04/2023 às 15:29:18.

THIAGO DE ALCANTARA BEZERRA

Coordenador de Logística